



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

Aos 21 dias do mês de novembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 97/XII e 98/XII, relativas às reuniões de 29 de outubro e 7 de novembro

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 453/XII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo a criação de condições para o transporte de bicicletas nos comboios da CP

3. Apreciação Parlamentar n.º 33/XII/2.^a (PCP) – "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno"

Apreciação e votação das propostas de alteração

4. Apreciação Parlamentar n.º 34/XII/2.^a (PS) – "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno"

Apreciação e votação das propostas de alteração

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2012)496]

Relator: Deputado Luís Leite Ramos (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes à disponibilização no mercado de equipamentos de rádio [COM(2012)584]

Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

7. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 97/XII e 98/XII, relativas às reuniões de 29 de outubro e 7 de novembro

Neste ponto da ordem do dia, as atas n.ºs 97/XII/2.^a e 98/XII, relativas às reuniões de 29 de outubro e de 7 de novembro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 453/XII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo a criação de condições para o transporte de bicicletas nos comboios da CP

Sobre o Projeto de Resolução supra mencionado intervieram os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), Paulo Cavaleiro (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Rui Paulo Figueiredo (PS), e Bruno Dias (PCP).

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) referiu que à semelhança do que acontece noutros países europeus, também em Portugal deve ser possível transportar bicicletas, nos comboios, sendo para o efeito necessário criar as condições adequadas. O uso da bicicleta é defendido para a deslocação entre localidades/cidades e pela importância que representa para o ambiente.

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) lembrou que a Assembleia da República aprovou, recentemente, na sequência de processo legislativo decorrido na Comissão, uma Recomendação ao Governo sobre a utilização do uso da bicicleta na rede viária. Por essa razão, tinha dúvidas se havia necessidade de se apresentar uma proposta avulsa.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

Sobre a mesma matéria, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) pronunciou-se sobre a necessidade de se dispor de mais tempo para reflexão, uma vez que parecia oportuno atribuir previamente à CP a análise sobre o assunto.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) interveio para referir que o sentido de voto do PS seria favorável, uma vez que assim, densificava o que anteriormente havia sido objeto de debate e de aprovação pela Assembleia da República.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse ser o PCP favorável à criação de condições para que, de forma integrada e transversal, pudessem ser possíveis estas deslocações no quadro dos meios de mobilidade sustentável. Assim, para efeito de melhor preparação dos Deputados, considerava que deviam ser remetidas à Comissão, informações técnicas, pela CP, em tempo útil.

A finalizar este ponto da agenda, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) considerou ser oportuno remeter um pedido de parecer à CP sobre o assunto, adiando-o desta forma, pelo prazo de um mês, no máximo, no que foi secundada pelos Senhores Deputados presentes.

3. Apreciação Parlamentar n.º 33/XII/2.^a (PCP) – "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno"

Apreciação e votação das propostas de alteração

Este ponto da agenda foi discutido conjuntamente com a Apreciação Parlamentar n.º 34/XII/2.^a (PS) e a votação, em separado.

Intervieram os Senhores Deputados João Ramos (PCP), Hortense Martins (PS) e Hélder Amaral (CDS-PP)

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) interveio para referir que o PCP pretendia introduzir alterações ao Decreto-Lei n.º 199/2012, nomeadamente aos artigos 31.º, 32.º, 44.º e Mapa constante do anexo I.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu que a presente apreciação parlamentar resultava da realização de audições em sede de Comissão com a Secretária de Estado. Na altura, o PS tinha reconhecido a necessidade de introduzir alterações à lei, face à atual situação pela qual passava o setor. Discordava do artigo 31.º e concordava com a necessidade de adaptação, face ao volume de negócios das empresas. O PS tem como preocupação proteger os consumidores. Também se referiu ao domínio da dimensão das agências de viagens e à necessidade de diferenciação.

A votação das apreciações parlamentares n.os 33/XII/2.^a (PCP) e 34/XII/2.^a (PS) decorreu nos termos dos relatórios de votações que são anexos a esta ata.

4. Apreciação Parlamentar n.º 34/XII/2.^a (PS) – "Decreto-Lei n.º 199/2012, de 24 de agosto, que "altera o Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de maio, que estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e adapta este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno

Apreciação e votação das propostas de alteração

Este ponto da agenda foi discutido conjuntamente com a Apreciação Parlamentar n.º 33/XII/2.^a (PCP) e a votação, em separado.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) referiu que o PS preconiza a distinção entre micro-entidades e pequenas empresas, isto é a distinção com base na dimensão das empresas. As propostas do PS pretendem adaptar à realidade vigente, com base na defesa das garantias dos consumidores. O PS, não podendo ser insensível às queixas apresentadas pelas agências individuais, necessitava encontrar as melhores soluções, no domínio da dimensão do volume de negócios.

Intervindo, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o Governo tinha procedido a alteração à lei, em colaboração com as empresas operadoras do setor e este sentia-se confortável com a sua aplicação. Todo o setor tinha tido intervenção nessa sede e, em concertação com o Governo tinham chegado a acordo. Assim, as propostas apresentadas pelo PCP eram coerentes, ao contrário das apresentadas pelo PS.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

A Senhora Deputada Cláudia Aguiar (PSD) disse que não concordava com as propostas apresentadas pelo PCP e pelo PS, uma vez que não defendiam o interesse dos consumidores.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho [COM(2012)496]

Relator: Deputado Luís Leite Ramos (PSD)

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta supra mencionada.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes à disponibilização no mercado de equipamentos de rádio [COM(2012)584]

Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

7. Outros assuntos

Foi objeto de consenso que na reunião seguinte seriam debatidas as propostas de lei n.ºs 83/XII/1.^a (GOV), 94/XII/1.^a (GOV) e 98/XII/2.^a (GOV); na reunião a ocorrer em 5 de dezembro, a 80/XII/1.^a (GOV) e a 88/XII/1.^a (GOV); e em 12 de dezembro, a 85/XII/1.^a (GOV) e a 89/XII/1.^a (GOV).

O Senhor Presidente informou que era necessário nomear relator para a Petição n.º 177/XII/2.^a, uma vez que a 5.^a Comissão, que é a competente para a apreciação da referida petição,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.^a SL

solicitou a pronúncia da CEOP, cabendo a elaboração do parecer ao grupo parlamentar do PSD. Foi nomeado o Deputado Fernando Virgílio Macedo.

Foi designada pelo PS a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) como relatora para elaboração do relatório relativo à visita da Comissão ao distrito de Viana de Castelo

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de novembro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 99/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Catarina Martins
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Luís Menezes